



Minervino Júnior/CB/D.A.Press



Senador critica decisão do STF

A questão das drogas virou o principal foco de críticas dos bolsonaristas ao Supremo Tribunal Federal (STF). Em pronunciamento no plenário nesta quarta-feira, o senador Izalci Lucas (PL-DF) criticou decisões do Judiciário que, segundo ele, "minimam os esforços" da segurança pública no combate ao crime organizado, especialmente ao narcotráfico. O senador se referiu à decisão que revogou a prisão preventiva de um jovem de 19 anos de idade, preso com 334 gramas de maconha na noite de segunda-feira. "Não estamos falando de um baseado escondido no fundo de uma gaveta, mas de uma quantidade considerável, que, no mercado ilícito, representa um valor significativo. É importante lembrar que o Superior Tribunal de Justiça (STJ) já havia indeferido o habeas corpus, reconhecendo a gravidade do caso e a pertinência da prisão preventiva. Mas o ministro do Supremo, em sua sabedoria, ignorou a avaliação do STJ", atacou Izalci.

Cerrado devastado

O Cerrado superou a Amazônia como o bioma mais devastado do Brasil, representando 61% do desmatamento total em 2023. A redução do desmatamento é uma das principais ações para proteger esses e outros biomas brasileiros das mudanças climáticas. As informações foram apresentadas durante audiência pública nesta semana da Subcomissão Temporária para Análise do Mercado de Ativos Ambientais (CMAATIVOS) do Senado.



Ed Alves/CB/D.A. Press

Fachin: "Quando falha a Defensoria, falham os direitos"

O ministro Edson Fachin, vice-presidente no exercício da Presidência do Supremo Tribunal Federal (STF), participou ontem de sessão solene no plenário do Senado para celebrar os 40 anos da Associação Nacional das Defensoras e dos Defensores Públicos (Anadep). Segundo o ministro, o fortalecimento da Defensoria Pública significa acesso à Justiça e materialização de direitos fundamentais para as parcelas mais necessitadas da população brasileira. "Quando falta a Defensoria, falham os direitos e se embrutece o sofrimento das pessoas mais agredidas e violadas", afirmou. A sessão foi proposta pelo presidente da Casa, senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG).

Jefferson Rudy



Lúcio Bernardo Jr./Agência Brasília



Balanco do semestre dos deputados distritais

No primeiro semestre, os deputados distritais apresentaram 436 proposições, entre projetos de lei, propostas de emenda à Lei Orgânica, projetos de decreto legislativo, de resolução e de lei complementar. Ao todo, o plenário aprovou 131 normas, que passaram a compor o ordenamento jurídico distrital em áreas distintas. O levantamento foi divulgado pela Câmara Legislativa. Nesse período, a Casa realizou 57 sessões ordinárias e 26 extraordinárias, rejeitou 64 vetos do Executivo e manteve 119, entre totais e parciais. Além disso, temas centrais da vida pública da

capital foram discutidos pela Casa, a exemplo dos debates relacionados à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), ao surto de dengue, à crise na saúde pública e ao Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília (PPCUB).

30 mil novos cargos

Para 2025, a Câmara Legislativa aprovou a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) que prevê um orçamento de R\$ 62,6 bilhões, sendo R\$ 24,5 bilhões do Fundo Constitucional do DF e R\$ 38,1 bilhões de arrecadação própria. Em relação a 2024, os números representam acréscimo de R\$ 1,2 bilhão — aumento de 5,4%. A lei ainda abre a possibilidade de provimento de mais de 30 mil cargos para o Poder Executivo, incluindo autorização para concursos públicos e nomeações.



Leis para atender mulheres

Com apenas quatro deputadas entre 24 distritais, a Câmara Legislativa aprovou neste ano uma série de matérias em benefício das mulheres. Entre os projetos que viraram leis, está a que beneficia mulheres em vulnerabilidade social ou em situação de rua, de autoria do deputado Fábio Félix (PSol), que assegura o direito de acesso a absorventes higiênicos em quantidade suficiente para atender suas necessidades a serem fornecidos pelo Poder Público. De autoria do deputado Gabriel Magno (PT), a Câmara aprovou lei que assegura à servidora pública vítima de violência doméstica e familiar afastamento por até seis meses. A deputada Jane Klebia (MDB) é autora da lei que criou o serviço de atendimento imediato e exclusivo à mulher no DF; o "Na Hora Mulher", que vai reunir, em um único local, representações de órgãos públicos federais e distritais para a prestação de serviços públicos em atenção à mulher. Ela é também autora da lei que institui o programa Educa por Elas no sistema de ensino do DF. O objetivo é fomentar a reflexão crítica no âmbito da comunidade escolar, como ação preventiva à violência contra a mulher.

Bariátrica humanizada

O difícil deslocamento dos pacientes de cirurgias bariátricas da rede pública do DF para ter atendimento completo durante as consultas, está com os dias contados. A partir de setembro, eles ganharão um novo espaço, totalmente reformado, que reunirá cirurgião, psicólogo e nutricionista no mesmo local, dentro do Hospital Regional da Asa Norte (HRAN), único da rede a oferecer o procedimento no DF. Isso só será possível com a reforma em curso, que reduzirá a distância entre os consultórios, para aqueles com mais de 160 quilos. "Agora, poderemos oferecer um atendimento humanizado", antecipa a responsável pelo Serviço de Cirurgia Bariátrica do HRAN, médica Ana Carolina Fernandes, membro da diretoria nacional da Sociedade de Cirurgia Bariátrica e Metabólica do Brasil. As melhorias estão sendo realizadas com recursos de emenda parlamentar da deputada Paula Belmonte (Cidadania), que se sensibilizou com a causa.

"Eu passei a minha adolescência, pegando paninho, pedaços do camisapiran, enrolando assim e colocando no meio das minhas pernas para conter o meu fluxo menstrual. Agora eu vou ter que pagar para quem ousou e quis cometer crime?"

Deputada **Silvia Waiápi (PL-AP)**, sobre projeto em tramitação na Câmara que prevê fornecimento de itens de higiene, como papel higiênico e absorventes, para presas

"Ainda muito indignada com os parlamentares que se pronunciaram contra o fornecimento de papel higiênico, absorventes e fraldas a pessoas em situação de detenção. Uma gente CRUEL, maligna, abjeta, de má índole, de maus sentimentos. Como alguém ainda vota neles? Não me conformo"

Janice Ascari, Procuradora regional da República

Zeca Ribeiro / Câmara dos Deputados



MFF/Divulgação

Acompanhe a cobertura da política local com @anacampos_cb

PATRIMÔNIO / O Advogado-Geral da União, Jorge Messias, recebeu do deputado Chico Vigilante pedido para avaliar o projeto aprovado pela Câmara Legislativa do DF que possibilita modificações no plano urbanístico de Brasília

AGU entra no debate sobre PPCUB

» ANA MARIA CAMPOS

Um dos votos contrários ao Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília (PPCUB), o deputado distrital Chico Vigilante (PT) pediu apoio ao Advogado-Geral da União, ministro Jorge Messias, para uma avaliação sobre o texto aprovado pela Câmara Legislativa.

Messias vai encaminhar o material para um procurador federal para análise jurídica. "Levei o assunto ao conhecimento do ministro da AGU, que demonstrou extrema preocupação com a transfiguração do projeto arquitetônico original de Lucio Costa; representando, ao contrário, um verdadeiro plano de destruição e não de preservação do Plano Piloto de Brasília, um bem inscrito na Lista do Patrimônio Mundial", destacou Vigilante.

O deputado tem participado de reuniões com órgãos federais em busca de apoio. Ele acredita que a implementação do PPCUB pode retirar o título de patrimônio mundial, concedido pela Unesco a Brasília. Vigilante esteve também com o ministro-chefe de Relações Institucionais, Alexandre Padilha, que se comprometeu a levar o assunto ao presidente Lula.

Divulgação/Chico Vigilante



Deputado distrital Chico Vigilante (PT) pediu apoio ao Advogado-Geral da União, ministro Jorge Messias, para uma avaliação sobre o PPCUB

Entre os pontos polêmicos do PPCUB, Vigilante condena, entre outros aspectos, a possibilidade de construção de bairros próximos aos Palácios da Alvorada e do Jaburu, áreas de segurança nacional; além da autorização para a construção de hotéis com até

12 andares próximo ao Eixo Monumental. "Se for o caso, adotaremos providências judiciais visando à preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília no que se refere, principalmente, às áreas de tombamento federal do Plano Piloto", sustenta o deputado.

Audiência

Na noite de quarta-feira, foi realizado um debate no auditório Jayme Golubov da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília (FAU/UnB) sobre o Projeto de

Lei Complementar nº 41/2024, que institui o PPCub. O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), o Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU-DF), o Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB-DF) e o Conselho Internacional de

Monumentos e Sítios (Icomos-DF), além de especialistas e professores debateram o projeto.

O presidente do Iphan, Leandro Grass, destacou que o órgão tem acompanhado as discussões sobre a elaboração do projeto em 2009. O próprio Grass participou das discussões na legislatura passada, quando foi deputado distrital "Reconhecemos a importância de um plano de preservação amplo, que aponte para o futuro de Brasília. E nunca nos furtamos de contribuir para o debate. Mas a norma federal precisa ser considerada e respeitada, para evitar ameaças ao tombamento de Brasília", ressaltou Grass.

Na audiência, Grass explicou que não cabe ao Iphan elaborar o texto, tampouco atuar como órgão de controle urbano, pois não exerce controle administrativo ou político sobre o GDF, considerando a autonomia do DF para editar suas próprias normas. Cabe ao GDF acatar ou não as recomendações feitas pela área técnica do Iphan-DF ao longo do processo de elaboração do texto. Mas ressaltou que o Plano precisa respeitar o fato de Brasília ser reconhecida como patrimônio em três níveis: distrital, federal e mundial.